

VIOLÊNCIA JUVENIL: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Iana Patrícia Pandolfo¹

Jane Cláudia Jardim Pedó²

Resumo: A questão social pode ser manifestada em diversas situações, entre elas a pobreza (acentuada pela reestruturação do capitalismo), a exclusão (pela regressão dos direitos sociais) e a violência (precariedade das condições de vida e da educação). Ser jovem não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se fala de suas necessidades, direitos e deveres. Muitos conceitos são formados, propostas, desafios e em meio a este patamar de idéias é que surge a construção de políticas públicas, ou seja, programas, projetos, ações voltadas à juventude; desde que estas não sejam meramente momentâneas, mas que tenham a capacidade de prevenir, motivar e contemplar um amanhã mais digno e significativo de se viver.

Palavras-chave: Jovem, questão social e políticas públicas.

1. Introdução

Pela experiência desenvolvida junto a Pastoral da Juventude, que trabalha com a formação integral de jovens de 15 a 29 anos, desde meados de 1970 no Brasil, e pela aproximação teórica obtida na acadêmica, é possível perceber a diferença de adultos que tiveram a oportunidade de efetivar todo processo de formação, e também a descoberta do ser protagonista dos jovens que hoje iniciam este processo de formação. É a partir desta formação integral que outro olhar é dado a sociedade e a juventude, pois “a Pastoral da Juventude se define formada por jovens, [...] que, capacitados, atuem na própria Igreja e nos movimentos sociais visando à transformação da sociedade em todo o Brasil”. (SILVA, 2009, 14).

Ser militante da Pastoral da Juventude é uma experiência de comprometimento com a sociedade onde “a participação dos jovens como protagonistas do seu processo de desenvolvimento vem demonstrando ser alternativas eficientes para superar a vulnerabilidade desses atores, tirando-os do ambiente de incerteza e insegurança”. (CASTRO apud ABROMOVAY, 2002, p. 14)

Portanto, mesmo com toda ousadia e aposta na formação dos jovens visando o seu protagonismo, o maior desafio é ir ao encontro, de modo a oportunizá-los a

¹ Acadêmica do sexto semestre do curso de serviço social das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA- Santa Rosa - RS. Assessora da Pastoral da Juventude na Diocese de Santo Ângelo.
yana_pj@yahoo.com.br

² Assistente Social - Professora do Curso de Serviço Social do curso de serviço social das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA- Santa Rosa – RS.

esta experiência. Pois, as desigualdades sociais, violência, desemprego, individualismo, preconceito e vulnerabilidade social, acabam distando os jovens e dificultando o “ir ao encontro”. Neste sentido, antes de julgar os jovens como autores de sua realidade vivenciada, que, por vezes, os leva à violência, acomodação, drogadição, imprudência, é preciso fazer uma análise da conjuntura em seus aspectos econômicos, sociais, educação, estrutura familiar, mídia e a falta de políticas públicas para este segmento vulnerabilizado. Assim, este trabalho de formação procurará refletir sobre o “ser” jovem nesta sociedade do “ter”, e como buscar alternativas em meio a tantas expressões da questão social. Mesmo sendo este um ensaio preliminar sobre os jovens, acredita-se ser possível a construção de uma sociedade mais justa, que possa garantir os direitos de cada cidadão. E esta construção inicia na formação, na conscientização e, principalmente, no trabalho coletivo, no trabalho de grupo. Pois, grupos pequenos, pensando em conjunto, trabalhando em pequenos projetos na sua realidade são capazes de realizar grandes ações.

Diante desta breve explanação, acredita-se que, assim como os jovens têm pela Pastoral da Juventude seu processo de formação, as expressões da questão social devem ser enfrentadas num processo contínuo e gradual de ações, a fim de buscar alternativas para sua erradicação.

2 - Capitalismo

Capitalismo pode ser entendido como um sistema econômico social caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, pelo trabalho livre assalariado e pela acumulação de riquezas, ou seja, “no capitalismo, ao ser tratada como mercadoria, a força de trabalho possui duplo caráter: ser produtora de valor de uso e valor de troca” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 50).

Diante do processo de expansão capitalista, destacam-se três fases: a primeira, pela expansão da navegação, a busca de riquezas em outras terras; a segunda, pela transformação da mão-de-obra artesanal em industrial, e a terceira, com sistema financeiro, ao qual recentemente acrescentou-se a globalização financeira que,

Decorre da desregulação cambial e financeira imposta pelos Estados Unidos, que obrigam o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital (a chamada desregulação financeira)

e a financiar as crescentes dívidas públicas e externas dos EUA. (PASTORINI, 2007, p. 30).

Para Santos, a globalização vai além do financeiro, na medida em que,

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação de capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiam alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social é bem mais organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidas pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres no interior do mesmo país. (SANTOS, 2002, p. 14)

Fala-se na atualidade que sem trabalho, sem consumir e, principalmente, sem ter dinheiro não sobrevivemos. Se em tempos atrás nossos bisavós gozavam seu tempo em livre descanso, lazer e religiosidade, nos dias de hoje corre-se atrás da “máquina do dinheiro”, do ter para poder ser, mesmo quando se tem “tempo livre” de lazer. Na região interiorana do Estado do Rio Grande do Sul, observando os bailes e boates, percebe-se que os jovens, além de se divertirem, também disputam quem “pega” mais “gatinhas”, por ter o melhor carro, quem paga mais cerveja, por ter mais dinheiro. Diante desta observação da realidade, explicita-se o capitalismo neoliberal que, através da exploração e exclusão nas mais diversas formas, seja pelo desemprego, pela desigualdade social, pelo consumismo/modismo e o individualismo, está corrompendo as relações humanas.

Sobretudo, acredita-se na necessidade de construção de uma sociedade diferente, que seja sustentável, que valorize as relações sociais, respeite a vida e seja inclusiva. A autora Pastorini coloca que “alguns autores afirmam que estamos vivendo uma nova era que será chamada de: ‘pós-mercado’, ‘pós-trabalho’, ‘pós-industrial’, ‘pós-capitalista’” (2007, p.24). Mas por onde começar a construção?

Todavia, como cidadãos de direitos e deveres, sabe-se que o Estado não é o único agente de transformação em vista de uma sociedade mais justa e igualitária. Pois, com “o encolhimento da ação reguladora na esfera social, [o Estado tornou-se] um Estado mínimo para o social e máximo para o capital” (PASTORINI, 2007, p. 39).

Portanto, a busca de alternativas ao sistema capitalista deve partir da sociedade organizada, seja através de grupos de jovens, de organizações não

governamentais, associações, grupos étnicos culturais, entre outros, mas que em conjunto – entre os próprios segmentos e o Estado - possam estar lutando em prol desta construção, de alternativas sustentáveis e capazes de gerar mudanças estruturais.

3. Questão Social

Falar da questão social sem citar o capitalismo, é um equívoco, pois a questão social é resultado da relação entre capital e trabalho, ou ainda, pode-se afirmar nas palavras de lamamoto (2001, p.16),

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposta apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias a sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais de classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Ou ainda, a questão social pode se desencadear através da luta de classes, e a partir de estratégias de enfrentamento, discutir as relações de poder. É o que lamamoto e Carvalho (apud PASTORINI, 2007, p.15), discutem:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IMAMAMOTO E CARVALHO apud PASTORINI, 2007, p. 105).

Contudo, sendo a pobreza, o desemprego, a exclusão e a violência manifestações conseqüentes do capitalismo e da globalização neoliberal, ou ainda, expressões da questão social, define-se que também há novas necessidades, as quais estão diretamente vinculadas ao sistema econômico, às políticas públicas e aos direitos sociais.

Entre crises econômicas, de valores, a crise que mais nos preocupa é a crise social, onde os jovens são os que mais sofrem, sendo vítimas e vitimizadoras. E assim, culpados e julgados, criminalizados e violentados, ainda permanecem no discurso de homens e mulheres: os jovens continuam a ser - os sobreviventes - a

esperança do Brasil. Neste sentido, os autores Sales, Matos e Leal afirmam que a “capacidade de vitimizar pessoas cada vez mais jovens dos estratos populares, de forma tão banalizada e invisível, apresentou-se como um dos aspectos mais relevantes da violência da criminalidade dos anos 1990” (SALES, MATOS, LEAL, 2008, p. 86). Fato esse que ganha mais ênfase nos meios de comunicação, na medida em que,

Imagens veiculadas pela mídia, impressa e eletrônica, constroem cenários cada vez mais dramáticos: a de adolescentes audaciosos e violentos, destituídos de quaisquer freios morais, frios e insensíveis, que não hesitam em matar. De tempos em tempos, a opinião pública é surpreendida com a notícia de homicídios, praticados contra algum cidadão portador de maior projeção social, praticado por algum adolescente no curso de um roubo. Fatos dessa ordem têm a propriedade de reforçar apreensões coletivas e, conseqüentemente, acentuar preconceitos contra esses segmentos da população. (ADORNO apud SALES, MATOS, LEAL, 2008, p. 87).

Enquanto permanecer cravado em nossa sociedade o capitalismo com suas idéias neoliberais em busca do lucro, do consumo, enfim, em busca do ter, continuar-se-á a viver numa sociedade desigual, insegura, injusta e corrupta. Como refere Santos (2002, p.14), “o nosso tempo é um tempo paradoxal. É, por um lado, um tempo de grandes avanços e de transformações dramáticas. [...] Mas, por outro lado, um tempo de inquietantes regressões”.

Diante de tantas expressões da questão social, que afligem, preocupam, um desafio é lançado: como seres humanos que sonham, lutam e clamam por justiça, vida digna e igualdade social, como construir uma nova sociedade?

Apesar de que, como nos afirmam os autores Heller e Féhér (apud PASTORINI, 2007, p.70) “a questão social sempre existirá”, e acrescentam,

Há dois pressupostos de que: “determinadas problemáticas sociais tais como pobreza, fome, sofrimentos físicos, indigência, desigualdades de gênero e raça etc. são problemas milenares; é uma característica quase eterna que só pobres se rebelam contra os ricos”. (HELLER; FÉHÉR apud PASTORINI, 2007, p.71)

Em contraponto, Castel (apud PASTORINI, 2007, p. 69) acredita que as expressões da questão social são frutos de uma escolha política, pela qual,

A possibilidade de sustentar um sistema baseado no conceito de solidariedade e igualdade, numa sociedade capitalista comandada pelo projeto neoliberal onde cresce rapidamente a precarização, a instabilidade e o desemprego estrutural, que não são conseqüências “naturais” do desenvolvimento das sociedades modernas e sim uma opção política.

Contudo, antes de tomar conhecimento das questões sociais que hoje fazem parte da sociedade, é preciso compreender a história, pois, se as questões sociais sempre existiram, não quer dizer que foram as mesmas.

A questão social reformula-se através das crises, e sem colocar o surgimento do capitalismo como um dado que indica uma ruptura nesse *continuum* de problemas sociais – que sempre existiram – em constante transformação. (PASTORINI, 2007, p. 63 – 64).

A década de 70 é marcada pelo desemprego e a precariedade, o que conforme Castel (apud PASTORINI, 2007, p. 17), é um “processo regido pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno”. O que também se vincula a “regressão dos direitos sociais, bem como uma ausência de proteção e expressão sindical” (ANTUNES apud PASTORINI, 2007, p 34). Já as décadas de 80 e 90 “tendem a identificar a crise do emprego com a crise do trabalho”, sendo apresentada “de múltiplas formas – fragmentação, flexibilização, terceirização” (PASTORINI, 2007, p. 24). Portanto,

A precarização, resultado da reestruturação internacional do capitalismo nas últimas décadas, conduz a uma desestabilização dos estáveis que contribui para aumentar a vulnerabilidade (que seria produto da degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas) supostamente estaria indicando a presença de uma “nova questão social”. (PASTORINI, 2007, p 65)

Entretanto, está visível que o ser humano depende do capitalismo, seu fiel escravo, mas isto não quer dizer que as gerações futuras aceitem essa condição, mas com muita sabedoria busquem alternativas a partir de novos sistemas econômicos. Tais afirmações vêm ao encontro de Silva, que alerta:

No início do século XXI, a tarefa de pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais é particularmente urgente. [...] Uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam, ao mesmo tempo, emancipatórias e viáveis que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. Em segundo lugar, a reinvenção de formas econômicas alternativas é urgente porque, em contraste com os séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável. [...] O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco para todo mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. (SILVA, 2002, p. 24-25).

O estudo deste autor mostra que há urgência de se começar a pensar, planejar hoje ações e projetos, e iniciar a construção desta nova sociedade, para que seja concretizada nas próximas gerações, é o grande desafio. Ou o capitalismo através de suas redes de exploração multiplica as expressões da questão social, ou a sociedade civil organizada junto ao Estado inicia suas obras em prol de um desenvolvimento sustentável.

4. Jovem: vítima ou vitimizadora da violência?

Muitos estudos têm como objeto o jovem, mas poucas ações são voltadas a ele. E ainda não bastasse conhecer esta fase, momento ou transição que é a juventude, é preciso compreendê-la em suas especificidades e diversidades. Nos dias de hoje, apenas contemplar a juventude em ações conjuntas, acaba por desvincular sua identidade, pois neste caso o jovem é considerado uma “peça à espera de conserto”. Desta maneira, melhor que sugerir, é oportunizar e valorizar o que os jovens têm para oferecer, podendo até resgatar seus sonhos e utopias.

No contexto atual, os jovens para a sociedade e principalmente para o poder público “são uma etapa transitória de existência, não merecem análise nem políticas públicas” (KLIKSBURG, 2006, p 909), mesmo que dados confirmem a urgência de voltar-se à juventude. “Em 2003, 54% dos jovens entre 14 e 22 anos eram pobres, [...] no ano de 2000 o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos era 2,5 vezes mais elevado que o desemprego geral”. (KLIKSBURG, 2006, p 913-914). Além destes dados, vale ressaltar a desagregação familiar, que contribui nos dados preocupantes em relação à juventude, na medida em que,

A vida familiar se modificou, assim, nos últimos 30 anos para todos os segmentos da população brasileira, sendo notáveis as implicações demográficas desse processo. Mas, em escala micro, percebe-se ainda mais o quanto é fenomenal o impacto de tais mudanças, como diria Pereira, sobre “os tradicionais mecanismos de solidariedade familiar, considerados elementos básicos de proteção dos indivíduos e anteparo primário contra as agressões externas e a exclusão social”. (SALES 2007, p. 71)

Diante estes dados, e de tantos estereótipos, segundo Dick (2003, p. 26) são características da juventude: transitoriedade, que é o momento onde o jovem não está decidido em sua vida; marginalidade, na medida em que os jovens estão à margem das políticas sociais, da garantia de direitos; adaptabilidade, pois os jovens

são abertos ao novo; potenciabilidade de mudança, por estarem disponíveis a ações solidárias; reação contra o mundo adulto, em questionar a realidade social vivida. Dick (2003) ainda define a juventude como uma “categoria social”, que merece atenção, e a garantia de seus direitos.

Percebendo tantos dados preocupantes que invadem o “mundo” jovem e amedrontam suas famílias e a sociedade, instiguei-me a realizar, por meio de uma entrevista grupal, quais são os medos dos jovens. Esta pesquisa realizou-se no dia 3 de maio de 2009 com um grupo de jovens participantes da Pastoral da Juventude, contando com vinte jovens, de idades entre 13 a 27 anos, no município de Campina das Missões. Constatou-se que os jovens sofrem de muitos medos, mas enfatizam estes: medo de morrer, medo do futuro do planeta pelas catástrofes ocorridas, medo das drogas, medo da violência (sexual e física) e medo do desemprego. É importante ressaltar que este município, conforme dados do IBGE de 2004, tem o total de 7.380 habitantes, e aproximando a uma estimativa de 20% de jovens entre 15 a 29 anos, conta com 1476 jovens. Esta pesquisa promove a reflexão de que os jovens sentem-se inseguros, e não querem ser marginalizados. Surpreende que muitos dos medos citados pelos jovens têm como origem a violência. Sobretudo, como o tema principal deste artigo é a violência como uma das expressões da questão social, é importante compreender alguns conceitos sobre violência. Segundo Chauí apud Abramovay,

[...] 1) tudo o que age usando força para ir contra a natureza de alguém (é desaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém, e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...] (CHAUÍ apud ABROMOVAY, 2002, p. 17).

Já a autora D’Incao (2001, p. 137), afirma que a violência coletiva pode ser praticada pela violação das normas sociais, e ser um ato consciente, porém, ser inconsciente quanto às conseqüências que pode gerar.

Perante estes conceitos, a autora D’Incao, na busca de uma justificativa para o aumento da violência, aponta o Estado como o reprodutor.

O caminho da violência está traçado e o percorremos todos os dias. Na falta de uma organização política que se proponha a transformar as relações sociais fundadas na posse em exclusivo das almas, do

sexo, do excedente e do poder, será difícil, extremamente difícil, impedir que a árvore que nasceu das sementes lançadas desde que se descobriu a Terra de Santa Cruz se torne frondosa. Especialmente quando o aparelho do Estado, especialmente o aparelho repressivo, não apenas exacerbou a violência, mas se comprometeu com o crime. (D'Incao, p. 137).

Abromovay, também acredita que,

A violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos. [...] Assumindo que os recursos à disposição do Estado e do mercado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação da vulnerabilidade e suas consequências, em particular a violência, advoga-se o fortalecimento do capital social intergrupar, através do aumento da participação e valorização das formas de organização e expressão do jovem, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para o problema. (ABROMOVAY, 2002, p. 14).

Diante destes aspectos em que se pode caracterizar a violência em seu plural, a partir de agora deteremos a reflexão percorrendo as “ruas” da violência juvenil. Em uma pesquisa realizada pelo projeto Juventude em 2003, a segurança/violência junto com o desemprego são os principais problemas enfrentados pelos jovens. No Estado do Rio Grande do Sul, numa reportagem do Jornal Zero Hora, do dia 10 de maio de 2009, é impressionante o alto índice de homicídio juvenil provocado pelo crack. “Os dados oficiais apontam para um crescimento de 11,1% no número de assassinatos nos primeiros quatro meses de 2009, em relação ao mesmo período do ano passado. Das mortes registradas a mais do ano, 86% ocorreram no Interior”. A reportagem destaca os dados de 43 municípios do Estado. Vale ressaltar que o município de Santa Rosa registrou 100% de aumento dos assassinatos, sendo que de janeiro a dezembro de 2008 ocorreram 5 mortes, já no período de janeiro a abril de 2009 ocorreu o equivalente ao mesmo número de mortes do ano de 2008. São dados assustadores, mas que somente tornam-se importantes ao poder público e à sociedade quando estes são evidenciados pela mídia.

Assim, as políticas públicas devem ser elaboradas tendo presente a realidade juvenil, as necessidades do jovem que partam, principalmente, dos próprios jovens. Isso quer dizer que é preciso que haja políticas públicas propositivas e efetivas. Iamamoto, quanto à participação na elaboração de políticas públicas, ressalta a importância de,

Promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas estratégicas comuns ao campo democrático. Este projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços e na sua efetivação. (IAMAMOTO, 2001, p.22).

Contudo, deve-se tomar cuidado, pois as políticas públicas estão “voltadas tanto para o controle e dominação, quanto para o atendimento de determinadas demandas dos setores subalternos da sociedade”, fatos que expressam o traço contraditório dessas políticas. Um exemplo claro de ensaio de política pública para a juventude com interesses de dominação e controle é a discussão sobre a redução da maioria penal. No dia 26 de abril de 2007, foi aprovada pelo senado a alteração do artigo 228 da Constituição Federal permitindo a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, em casos de crimes hediondos.

Perante estes fatos, Sales alerta,

Para enfrentar a violência de maneira preventiva, é preciso levar em conta seus múltiplos níveis: estrutural, conjuntural, cultural e individual. No plano estrutural fazem-se necessárias medidas de promoção e equidade social, de direitos civis e humanos fundamentais, o acesso à educação, saúde, oportunidade de emprego e trabalho digno; as medidas de prevenção à violência e as medidas punitivas para controle da criminalidade devem ser consideradas como complementos para busca da cultura de paz. (SALES, 2008, p. 154-155)

Portanto, uma política pública voltada para a juventude deve oferecer uma resposta às diversas necessidades dos jovens, melhorando sua qualidade de vida e favorecendo ao máximo sua participação nas decisões. Sem esse mínimo, nada garante que mais da metade dos jovens deixarão de ser objeto de estatísticas preocupantes e vítimas preferenciais de um ciclo vicioso que, a rigor, compromete o futuro do país. Chama-se de ciclo, porque esta é uma situação que se arrasta há muito tempo e tem piorado a cada dia, e vicioso, pois seus efeitos não interessam a ninguém. Porém, resta eliminar as variáveis que ajudam a manter esse ciclo. Não bastam campanhas preventivas, como, por exemplo, do uso da camisinha. É preciso políticas públicas novas, criativas, que contemplem as diversidades dos jovens e as necessidades encontradas, que, em alguns casos, podem ser apenas de incentivo, atenção e valorização de suas qualidades, ou então a descoberta das mesmas.

A esperança de mudar os estereótipos negativos do jovem e a fatalidade da violência juvenil só será garantida com o trabalho em rede, entre Estado e sociedade civil, pois, ao contrário, a tendência é reduzir a “pó” os ideais de uma geração que pode fazer do mundo um lugar melhor para viver.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final de mais um artigo de muitos já escritos, estudados, refletidos em torno de temas relevantes como capitalismo, questão social e juventude, continua-se a presenciar questionamentos de incertezas, medos, preocupações, e a certeza de que com o sistema capitalista neoliberal e as mazelas geradas pela sua exploração e exclusão, será cada vez mais difícil alicerçar a justiça social.

Dessa forma, desafiar-se no trabalho de construir um projeto de desenvolvimento sustentável, é possível. Posto que, juventude é o “presente-futuro” (DICK, 2006, p.28), e traz consigo o desejo, a utopia da mudança, da nova sociedade. Por isso, acreditar na juventude, nos seus sonhos e utopias, na criatividade, no comprometimento, na ousadia, e ajudá-la a ser juventude organizada, é a “matéria-prima” da construção desta nova sociedade.

Portanto, fazer-se coadjuvante desta história que permeia toda a sociedade em seus problemas e em seu progresso é dizer que todos somos errantes e humanos. Mas, aceitar que temos condições de transformar, construir uma nova história, com novas relações sociais, com responsabilidade e acertos, é dizer que somos protagonistas.

6. REFERÊNCIAS

ABAMOVAY, Miram. **Juventude, violência e vulnerabilidade na América Latina: desafios para as políticas públicas**. Brasília, UNESCO, BID, 2002.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

D'INCAO, Maria Angela. **O Brasil não é mais aquele...Mudanças sociais após a redemocratização**. Ed. Cortez, 2001.

DICK, Hilário. **Gritos Silenciados, mas evidentes**: jovens construindo juventude na história. São Paulo: Loyola, 2003.

DICK, Hilário. **O divino no jovem. Elementos teológicos para a evangelização da cultura juvenil**. Porto Alegre: Instituto de Pastoral de Juventude, 2006.

FREITAS, Maria Virgínia, PAPA, Fernanda de Cravalho (org). **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A Questão Social no Capitalismo. Revista **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, Grafine, Nº 3, Ano II, janeiro a julho de 2001.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude** – Documento de Conclusão. 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **Revista de Administração Pública**. Vol. 40, n. 5. Rio de Janeiro, set./otu, 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão social em debate”**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Lourival Rodrigues da. **Pastoral da Juventude um jeito de ser e fazer**. São Paulo: Editora CCJ, 2009.

SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede Interna e Rede Social**: O desafio permanente na teia das relações sociais. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

JORNAL ZERO HORA, 10 de maio de 2009.

Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 16 de out. 2009.